

DOS EFEITOS DOS VÍCIOS REDIBITÓRIOS À LUZ DO CÓDIGO CIVIL BRASILEIRO E DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

Lydia Neves Bastos Telles Nunes

Mestre em Direito pela PUC-SP. Professora de Direito Civil
na Faculdade de Direito de Bauru - ITE. Advogada.

1. DOS VÍCIOS REDIBITÓRIOS NO CC BRASILEIRO

Para a caracterização dos vícios redibitórios consoante o Código Civil Brasileiro, a maioria dos doutrinadores elenca três requisitos:

- a) que o defeito seja oculto;
- b) que o defeito seja grave;
- c) que o defeito exista ao tempo da celebração do contrato.

Em que pese a posição doutrinária, encontramos abalizadas posições discordantes, entre essas a de Washington de Barros Monteiro, que enumera dois outros requisitos, ao lado dos três acima mencionados: "que a coisa tenha sido recebida em virtude de contrato comutativo, ou de doação com encargo; e que a mesma se resinta de defeitos prejudiciais à sua utilização, ou lhe diminuam o valor".¹

Acompanho os doutrinadores que elencam como requisitos para o vício redibitório: que o defeito seja oculto; que seja grave e que exista ao tempo da celebração do contrato. Os requisitos apontados pelo ilustre Washington de Barros Monteiro dizem respeito aos contratos em que há transferência da propriedade, daí a res-

¹MONTEIRO, Washinton de Barros. Curso de Direito Civil, Direito das Obrigações, 2ª parte, São Paulo: Saraiva, 5º volume, 1.984, p. 55/56.

ponsabilidade do "tradens". Seriam dispensados esses requisitos tendo em vista os vícios redibitórios sempre responsabilizarão aquele que entrega a coisa (defeituosa) em virtude de contrato oneroso.

1.1. Defeito oculto

"O vício é oculto, quando nenhuma circunstância pode revelar-lhe a existência, principalmente se impossível apurá-la a não ser mediante uma análise química, ou perícia, ou emprego da coisa vendida, ou por um trabalho qualquer de uso não comum. Ao contrário, é aparente o vício quando suscetível de ser descoberto por meio de um exame atento, comumente feito por homem cuidadoso no trato de seus negócios, pois a negligência em tais casos não é protegida".²

O homem médio não tem obrigação de conhecer todas as coisas e não está obrigado a se assessorar por um técnico em todo negócio jurídico que celebrar. A obrigação que se incumbe é a da diligência e atenção de uma pessoa prudente, a um simples e rápido exame.

Não poderá ser alegado vício redibitório, na hipótese de vícios ou defeitos visíveis, aparentes ou ostensivos. Se o vício é aparente e, portanto, perceptível num simples exame da coisa, o adquirente não poderá reclamar, tendo assumido o risco consciente do defeito.

É importante mencionar que se admite a renúncia à garantia pelos vícios redibitórios.

Pode o adquirente, por cláusula expressa, eximir o alienante de qualquer responsabilidade por vícios ocultos.

Entendem alguns, na doutrina estrangeira e na nacional, que só será válida a cláusula excludente de responsabilidade por vícios redibitórios, quando o alienante desconhece os mesmos, sendo nula quando houver conhecimento dos defeitos e não comunicá-los ao adquirente.

Pontes de Miranda leciona:

"A pré-exclusão da responsabilidade por vício do objeto resulta ou de cláusula negocial, ou da lei. Ali, o outorgante manifesta vontade contrária a que se vincule por vício do objeto, e o outorgado consente; ou é o outorgado que se vincula a receber sem direito a alegar viciosidade do objeto e o outorgante consente. Aqui, é a lei

²LOPES, Miguel Maria de Serpa. Curso de Direito Civil, Fontes das Obrigações: Contratos, Biblioteca Jurídica Freitas Bastos, vol. III, 1996, p.180.

que preelimina qualquer vinculação pelos vícios do objeto, ou por algum vício do objeto, ou por alguns deles.

O alienante pode ter conhecido o vício do objeto. Daí a sua atitude de pré-excluir, no negócio jurídico, a sua responsabilidade por ele. Todavia, se o alienante obrou com dolo, a respeito de vício do objeto, que lhe era conhecido, a cláusula de irresponsabilidade é anulável. No Código Civil Brasileiro, não há regra jurídica como a do Código Civil alemão, no parágrafo 476, segundo a qual a convenção (Vereinbarung), que afasta ou restringe a responsabilidade do outorgante, é nula, se ele, por dolo (arglistig), dissimulou o vício. Mas tal regra jurídica se subsume na regra jurídica do art. 92 do Código Civil, ocasionando, talvez, a invocação do art. 94. De ordinário, porém, a nulidade é somente da cláusula (art. 153).

A renúncia à garantia pelos vícios redibitórios também pode ser tácita, quando o adquirente, por sua conta, providencia as reformas ou consertos necessários para corrigir os defeitos existentes.

Alguns doutrinadores, entre eles Washington de Barros Monteiro, mencionam, ainda, como renúncia tácita à garantia pelos vícios redibitórios, o pagamento de prestação referente à aquisição, sem ressalva alguma.

1.2. Defeito grave

Esse requisito decorre do que dispõe o artigo 1.101 do CC.

O defeito deve ser de tal gravidade que se dele o adquirente tivesse tomado conhecimento o contrato não teria sido concluído. Essa importância vista no caso concreto é a que torna a coisa imprópria para o uso destinado, ou lhe diminui o valor.

Consoante ensina Miguel Maria de Serpa Lopes, que os vícios e defeitos da coisa enjeitada devem ser realmente graves, não ocorrendo tal circunstância se a coisa for unicamente menos excelente, menos bela, menos agradável, ou se tratar da ausência de alguma qualidade. Foi citado pelo mestre o exemplo de uma obra que, trazendo o nome de uma pessoa que não é o autor, não configura vício ou defeito da coisa, mas trata-se de simples erro, não dando ensejo à ação redibitória ou *quantum minoris*.

O defeito, assim, deve ser significativo a ponto de tornar a coisa imprópria ou inadequada para o uso normal. Ou, então, deve ser o suficiente para diminuir-lhe sensivelmente o valor. Das duas situações decorre a possibilidade da ação redibitória (pleiteando a rescisão do contrato), no primeiro caso, e ação estimatória, ou *quantum minoris* (requerendo o abatimento no preço), no segundo.

“Não só o vício do bem é vício do objeto. Também é vício do objeto a falta de qualidade que o outorgante assegurou. Assim, as quali-

dades prometidas São base para a responsabilidade por vícios do objeto (...). O que se há de considerar é o valor do bem ou a sua utilidade para os usos correntes ou previstos no negócio jurídico. São exemplos: adição de açúcar ao vinho, ou de álcool ao vinho ou a outra bebida, além do que a lei permite; grande umidade das paredes do apartamento”³

1.3. Dos defeitos devem existir ao tempo do contrato

O artigo 1.104 do CC determina expressamente esse requisito.

Ao tratar de defeito superveniente, não cabe a invocação da garantia, porém se o vício já existia, ainda que, sem ter se manifestado, só vindo aparecer depois da tradição, sem qualquer dúvida, cabe a aplicação da garantia pelos vícios redibitórios.

Nessa situação, o conflito instalado sobre a época de aparecimento do vício será solucionado através de prova pericial, que nem sempre é muito fácil.

"Se o vício vier a surgir depois da execução do contrato, não pode ser atribuída a responsabilidade ao vendedor, salvo se o comprador puder provar que decorre de outro defeito já existente por ocasião do contrato. Perecendo a coisa, em virtude de caso fortuito ou culpa de comprador, este não pode acionar o vendedor. Se ao contrário o desaparecimento do objeto for consequência do vício, cabe o exercício da ação.”⁴

Portanto, é claro que, se o defeito ou vício aparecer depois da tradição, como consequência do funcionamento ou uso normal da coisa pelo adquirente, não cabe qualquer responsabilidade ao alienante. Desde a tradição a responsabilidade é do adquirente, aplicando-se o princípio geral:

res perit domino - a coisa perece para o dono (que é o adquirente, desde a tradição).

1.4. Dos efeitos dos vícios redibitórios

O primeiro ponto a ser comentado diz respeito à boa ou má fé do alienante. A responsabilidade pelos vícios redibitórios sempre existirá, independentemente do elemento subjetivo, relativamente ao alienante, porém a consequência na reparação do prejuízo está vinculada a esse elemento.

Se o alienante desconhecia os vícios ou defeitos ocultos da coisa vendida, a sua responsabilidade estará restrita simplesmente à restituição do valor recebido e

³MIRANDA, Pontes. Tratado de Direito Privado, p. 284

⁴WALD, Arnoldo. Obrigações e Contratos, São Paulo: Revista dos Tribunais, 1992. p. 224.

mais as despesas do contrato: se, ao contrário, conhecia o vício ou defeito, restituirá o que recebeu com perdas e danos, assim estipula o artigo 1.103 do CC.

A seguir, cumpre examinar as ações cabíveis para a defesa do adquirente diante da ocorrência de vícios ou defeitos ocultos na coisa adquirida.

Existe a possibilidade da opção entre duas formas de ações edilícias: a *actio redibitoria* e a *actio aestimatio* ou *quantum minoris*. Ambas as ações encontram seu fundamento no princípio que veda o enriquecimento ilícito, através da proteção ao adquirente, evitando que ele sofra prejuízo com a aquisição de coisa defeituosa.

A escolha entre uma e outra ação é opção exclusiva do adquirente. Cabe a ele julgar se o defeito é daquele que tornou a coisa imprópria ou inadequada para o uso normal, ou simplesmente lhe reduziu o valor. A previsão está no artigo 1.105 do CC.

Escolhida uma ação, não pode o autor pretender o outro remédio. Vigora aqui a máxima: *Electa una via non datur regressus ad alteram*. Uma vez proposta a ação escolhida, não poderá o autor alterar o pedido, porque o nosso ordenamento processual não o permite, sem o consentimento do réu.⁵

1.4.1. Da ação redibitória

Quando o adquirente pretender enjeitar a coisa defeituosa a rescindir o contrato, restabelecendo o *statu quo ante*, ou seja, revendo o preço pago, mais as despesas do contrato e restituindo a coisa adquirida, deverá propor ação redibitória.

Se o adquirente alegar e provar que o alienante conhecia o defeito da coisa, e que, portanto, agiu ele de má-fé, além da rescisão do contrato com a restituição da coisa defeituosa, e a devolução do preço pago, mais as despesas do contrato, será condenado a pagar perdas e danos, aí incluindo, *lucrum cessans* e *damnum emergens*.

1.4.2. Da ação estimatória ou *quantum minoris*

Através dessa ação o adquirente apenas reclama uma redução ou abatimento do preço, porque, apesar da existência do defeito oculto, que desvalorizou a coisa adquirida, ainda é possível o seu uso normal.

Com essa medida judicial, o adquirente ao invés de enjeitar a coisa defeituosa, pedindo a rescisão do contrato com a devolução do preço, ele, simplesmente, pede o abatimento no preço pela desvalorização em razão do vício.

“Por vezes, haverá necessidade de perícia para avaliar o correto valor a ser concedido na ação quantum minoris, pois nem sempre de

⁵MENDONÇA, M.I. Carvalho de. In: Doutrina e Prática das Obrigações, Tomo II, defende que é, a escolha da ação, um fato exclusivo da vontade do adquirente lesado pelo vício da coisa, mas ele não fica restrito às duas ações edilícias: redibitória e quantum minoris. Na opinião do ilustre doutrinador, além delas, cabe ao adquirente a ação comum por inexecução das obrigações do contrato, ao menos no caso de garantia expressa de qualidades ou ausência de vícios.

*plano se saberá o montante do abatimento do preço em relação à utilidade da coisa.*⁶

1.5. Da decadência e da prescrição

Para melhor compreender a nitidez dos prazos legalmente estabelecidos para o exercício da ação redibitória e da ação estimatória (ou *quantum minoris*), necessária breve menção às posições doutrinárias acerca da classificação.

Em brilhante estudo sobre critério científico para distinguir a prescrição da decadência, o Professor Agnello Amorim Filho apresenta convincentes argumentos, que podem ser considerados na classificação do prazo para propositura da ação redibitória ou ação *quantum minoris*.

Um prazo será prescricional quando tiver o seu termo inicial no nascimento da ação (*actio nata*), determinado o nascimento pela violação de um direito. Esse direito normalmente exercido, ou não sofrendo qualquer violência ou obstáculo, por parte de outrem, não há ação exercitável.

Diante disso, pode ser afirmado que só as ações condenatórias podem prescrever, pois são elas, as únicas ações por meio das quais se protegem os direitos suscetíveis de lesão.

Os direitos, em princípio, têm duração perpétua. Há certos direitos cujo exercício afeta, em maior ou menor grau, a esfera jurídica de terceiros. São os direitos potestativos. Algumas vezes, esses direitos exercidos, por refletirem na esfera jurídica de terceiros, causam uma situação de intranquilidade e ameaçam a paz social. Daí a lei fixar, para alguns direitos potestativos, prazos para o seu exercício. A fluência *in albis* desse prazo, tem como consequência a caducidade do direito (que poderia ser exercido por meio de ação, ou por simples declaração de vontade, *verbi gratia*, o direito de preempção ou preferência).

As ações constitutivas são as que possibilitam o exercício de um direito potestativo, e, assim, elas são as ações ligadas ao instituto da decadência.

Conclui-se, portanto, quando o comprador propuser ação para rescindir o contrato (ação redibitória), essa é uma ação constitutiva, sujeita a prazo decadencial. Quando a opção do comprador for por ação para haver o abatimento do preço, ação *quantum minoris*, essa é uma ação condenatória e, em consequência, sujeita a prazo prescricional.

Atente-se aqui para a seguinte explicação: quando a ação de rescisão contratual (ação constitutiva) for cumulada com perdas e danos (ação condenatória), estará sujeita a prazo prescricional.

O artigo 178, parágrafos 2º e 5º do CC, estabelecem o prazo de quinze dias contados da tradição da coisa, em se tratando de bens móveis, e de seis meses, se forem bens imóveis, respectivamente.

⁶VENOSA, Sílvio de Salvo. Teoria Geral dos Contratos, São Paulo: Atlas, 1.997, p.148.

Entende-se exercida a pretensão à responsabilidade pelos vícios redibitórios, se foi proposta ação, ou se o alienante recebeu a comunicação, com a escolha entre a redibição ou a redução, e acordou naquela ou nessa.

Se o alienante foi condenado a devolver a contraprestação, a ação executiva prescreve em vinte anos.

"PRESCRIÇÃO - Ação indenizatória - Perdas e Danos decorrentes de compra de produtos defeituosos - Ação fundada na culpa contratual - Inaplicabilidade do art. 178, parágrafo 2º, CC, pois o prazo é o vintenário - Voto vencido".⁷

Em relação ao exíguo prazo de quinze dias para as ações que tenham como objeto bens móveis, tanto a doutrina como a jurisprudência têm-se manifestado no sentido de iniciar a contagem do referido prazo a partir da efetiva utilização e funcionamento da coisa adquirida, tendo em vista que os atuais equipamentos estão cada vez mais sofisticados, cuja utilização plena pode levar muito mais tempo.

Cunha Gonçalves nos ensina que a ação redibitória, na compra de animais, deveria ser precedida de atos preparatórios, tais como: exame realizado no prazo de dez a trinta dias a partir da entrega, ou dentro de outros prazos flexíveis, conforme a natureza da doença, cada uma com um período de latência específico.

"Vícios redibitórios - Reses estéreis - Prazo de caducidade da ação e sua contagem- Aplicação do art.178, parágrafo 2º, do Código Civil. Conhece-se de apelação de sentença que decide matéria prescricional quando esta se confunde com o próprio mérito da causa. Constitui simples vício redibitório a esterilidade de reses para a criação escolhidas e apartadas do rebanho pelo próprio comprador. O prazo de prescrição, nesse caso, é o do art. 178, parágrafo 2º, do Código Civil, contado, porém, do dia em que teria escoado prazo razoável para observação do defeito."⁸

Bem acertada as decisões de nossos Tribunais, no sentido de, abrandando o rigor do artigo 178, parágrafo 2º do CC, admitir o exercício da ação prevista para garantia contra vícios redibitórios, se o defeito, no instante da venda não se demonstrava, não só por ser oculto, mas também porque precisou do início de sua utilização para eclodir, o início do prazo decadencial só ocorrerá no momento em que o defeito ficou revelado.

Poderão os contratantes ampliar, convencionalmente, o prazo de garantia. Em

⁷Ap.Civ 17.829 - 1ª Câm - j. 17.03.1997.

⁸RT 167/717.

se dando esse acordo, as ações edilícias poderão ser ajuizadas além do prazo previsto na lei, ou melhor, até que se finde aquele consensualmente estabelecido.

*"Compra e venda mercantil – Mercadoria vendida com garantia. Fluência, a partir do término desta, do prazo prescricional de ação fundada em vício redibitório. O prazo de prescrição das ações fundadas em vício redibitório somente começa a fluir após esgotado o prazo de garantia dado pelo fabricante ou vendedor."*⁹

2. DO VÍCIO E DO DEFEITO DO PRODUTO E DO SERVIÇO NO CDC

Primeiramente, deve-se ressaltar que o âmbito de aplicação do CDC atinge tão-somente as relações entre consumidor e fornecedor, que transacionam produtos e serviços, ou seja, as relações estabelecidas entre um profissional que, genericamente, é fornecedor de bens e de serviços e um particular. Se algum desses aspectos faltar na relação, a legislação aplicável não é a consumerista, mas outras normas do ordenamento jurídico: o Código Civil, o Código Comercial, a CLT, entre outras.

O CDC estabelece normas de proteção e defesa do consumidor (art. 1º), e por ser interesse do presente estudo, destaca-se o artigo 46 e seguintes, que instituem uma proteção contratual às relações de consumo.

2.1. Do vício e do defeito do produto e do serviço

No tocante aos vícios e defeitos dos produtos e serviços, o CDC propõe uma proteção mais ampla. O princípio adotado é de garantia quanto à segurança do consumidor, bem como quanto à qualidade e à quantidade dos produtos e serviços.

Os defeitos e vícios, dos quais o CDC procura livrar o consumidor, podem ser ocultos ou aparentes, e hoje tem-se mecanismos reparatórios muito mais amplos, abrangentes e satisfatórios do que aqueles previstos no vetusto Código Civil.

O CDC faz uma distinção entre defeito e vícios dos produtos e serviços, e a importância dessa distinção, segundo Alberto do Amaral Junior, *in* "A responsabilidade pelos vícios dos produtos no Código de Defesa do Consumidor" (Direito do Consumidor, 2/102), está no objeto da tutela: quando cuida da noção de defeito, o Código tem como fim a tutela da integridade físico-psíquica dos consumidores; já os vícios de qualidade e quantidade, têm como objetivo proteger a esfera econômica do consumidor.

Assim, em consequência, a responsabilidade pelos defeitos do produto dá origem à reparação dos danos à integridade física, e a responsabilidade pelos vícios refere-se aos prejuízos verificados no produto e no serviço.

⁹RT 470/235-237.

No artigo 12, parágrafo 1º do CDC, temos o conceito de produto defeituoso, que é aquele que não oferece segurança que dele se espera. Essa segurança é relativa, uma vez que praticamente impossível um produto ser totalmente seguro.

Porém, existe uma margem razoável para a insegurança oferecida pelos produtos que, ultrapassada, considera o produto defeituoso que estará apto a provocar um acidente de consumo. Os riscos à saúde e segurança dos consumidores são aceitáveis, desde que normais e previsíveis, conforme previsto nos artigos 8º e 9º do CDC.

Também está previsto no CDC a proteção em relação aos "defeitos de informação e de instrução": aqueles decorrentes da colocação, no mercado, de produtos sem as informações necessárias ao seu emprego e uso e aos riscos que pode causar aos consumidores.

O fornecedor deve apresentar de forma explícita, clara e sucinta, as advertências e instruções exigíveis segundo o uso razoavelmente previsível do produto. Essas devem estar, obrigatoriamente, no idioma das pessoas a que se destinam os produtos; no Brasil, por exemplo, devem estar em português, esclarecendo minuciosamente, quanto ao uso, emprego, e, eventualmente, sobre o perigo do mau uso.

Conclui-se, assim, que, para a indenização do prejuízo causado por um produto defeituoso, basta a demonstração do defeito, em uma das modalidades previstas legalmente, sem a necessidade da existência, anterior, de contrato entre o consumidor e fornecedor. Já a garantia pelos vícios pressupõe a existência de um negócio jurídico que serviu de base para a colocação do produto ou serviço no mercado, não querendo isso significar que essa garantia se restrinja aos limites da relação contratual entre fornecedores e consumidores.

O CDC classifica duas espécies do gênero vício: os vícios de qualidade e os vícios de quantidade.

Os vícios de qualidade dizem respeito aos bens que apresentam desconformidade de adequação, e os vícios de quantidade referem-se à desconformidade de peso ou medida que não tenha como consequência diminuir a qualidade do produto ou serviço.

A finalidade do CDC ao classificar os vícios foi colocar à disposição dos consumidores diversas opções para uma composição extrajudicial e, na medida do possível, amigável, dos conflitos que venham a ocorrer.

O artigo 18 do CDC, em seus incisos, disciplina a responsabilidade do fornecedor pelos vícios de qualidade dos produtos, ou seja, aqueles vícios que tornam o produto impróprio ou inadequado ao consumo.

Os vícios de quantidade são regulados, especificamente, pelo artigo 19 do CDC. Tais vícios se referem às diferenças de peso ou medida, que, todavia, não tenham como efeito alterar a qualidade do bem de consumo, uma vez que a diferença de peso ou medida pode afetar a prestabilidade dos bens, alterando-lhe a qualidade ou diminuindo-lhe o valor.

No artigo 20 do CDC, tem-se a introdução da noção de vícios de serviço que, a exemplo do vício do produto, também é classificado em duas espécies: vícios de qualidade dos serviços e vícios de quantidade dos serviços. Os primeiros são os que tornam os serviços impróprios à sua fruição ou lhes diminuem o valor, ou sejam, aqueles que se mostrem inadequados para os fins que razoavelmente deles se esperam, bem como aqueles que não atendam às normas regulamentares de prestabilidade. Os que se referem à quantidade dos serviços são aqueles que decorrem da disparidade quantitativa com as indicações constantes da oferta ou mensagem publicitária.

Hoje, com a sistemática do CDC, temos um remédio específico para a prestação de serviços viciada, além de estatuir novos conceitos que vêm tutelar os interesses do consumidor, estabelece os remédios e as armas que deverão ser utilizadas pelos consumidores prejudicados com as relações de consumo.

2.2. Dos efeitos

Pela sistemática do CDC, existe a possibilidade de indenização quando houver ofensa à integridade física do adquirente; a diferença está no fato da exigência de comprovação. A responsabilidade prevista pelo CC é contratual ou extracontratual, porém dependente de prova de culpa, o que dificulta o ressarcimento.

Todas as exigências do CC foram amenizadas pelo CDC, facilitando a indenização do consumidor, que ganha maior proteção, em caso de existência de vício de determinado bem.

Em primeiro lugar, não fica o consumidor limitado às hipóteses de redibição ou de diminuição do preço do bem adquirido, ou do serviço recebido, mas pode obter a reparação do próprio bem ou, ainda, receber outro em perfeito estado de funcionamento.

Quanto aos defeitos e vícios dos produtos e serviços, estabelece o artigo 12 a responsabilidade civil do produtor de bens e serviços ou fornecedor, pelos danos causados pelos bens ou serviços, produtos e, no artigo 18, pelos defeitos ou vícios desses mesmos produtos ou serviços. O defeito e os vícios, como causadores de prejuízo ao consumidor, são elementos geradores da responsabilidade civil objetiva.

Uma novidade trazida pelo CDC foi, em que pese a crítica de civilistas brasileiros, a denominação atribuída à nova situação de responsabilização: responsabilidade pelo fato do produto ou do serviço prestado.

Estabeleceu, também, o CDC, novos prazos em caso de vício ou defeito dos produtos ou serviços.

Não tendo o presente estudo, como objetivo, a análise da grande alteração sofrida na teoria da responsabilidade civil, passa-se a comentar as modificações relativamente aos prazos estabelecidos no CDC.

O primeiro prazo a ser comentado é o previsto no artigo 26 do CDC, que expressamente classifica de decadencial, diferentemente do estatuído no CC, como se comentou na primeira parte deste estudo.

Outra inovação trazida pelo CDC é a possibilidade de se obstar o prazo de decadência (parágrafo 2º do artigo 26).

Na sistemática do CDC, a grande vantagem na questão dos prazos para a reclamação do vício do produto ou do serviço, está em que os prazos (30 dias para bens não duráveis e 90 dias para bens duráveis) poderão ser obstados por reclamação, desde que comprovada, ou por instauração do inquérito civil pelo Ministério Público. O prazo obstado se dilarga *sine die* se não houver expressa manifestação do fornecedor em relação a quem se reclamou negando a solução pleiteada, ou então, o arquivamento do inquérito civil. A falta de atendimento ao pedido do consumidor dará ensejo à propositura da medida judicial cabível para a satisfação do seu interesse.

Diante da constatação de vícios de qualidade e quantidade dos produtos e/ou serviços, o CDC oferece opções ao consumidor lesado, havendo uma primeira solução obrigatória, à qual se seguem outras de acordo com a previsão do artigo 18.

O legislador coloca à disposição do consumidor, e favorece ao fornecedor a possibilidade de uma composição amigável. Se o consumidor reclamar e não tiver o vício sanado em trinta dias, ou, no prazo que as partes estabelecerem (nunca inferior a sete dias e nem superior a cento e oitenta dias), poderá, alternativamente, requerer a substituição do produto por outro da mesma espécie, ou a restituição da quantia paga atualizada, acrescida das perdas e danos ou, ainda, abatimento do preço.

Não logrando êxito a composição amigável, poderá o consumidor, diante do estabelecido no artigo 83 do CDC ("para a defesa dos direitos e interesses protegidos por este Código, são admissíveis todas as espécies de ações capazes de propiciar sua adequada e efetiva tutela"), fazer uso de qualquer remédio judicial, para pleitear a restituição da quantia paga, devidamente atualizada, ou, se for conveniente, a diminuição do preço do produto ou do serviço. Esses pedidos poderão ser cumulados com perdas e danos, incluindo-se aí, a indenização por danos morais.

No artigo 27 do CDC, fica estabelecido o prazo prescricional de 5 (cinco) anos, contado do "conhecimento do dano e de sua autoria", para a pretensão à reparação dos danos por fato do produto ou do serviço. É considerado fato do produto para fins de indenização, todo e qualquer acidente provocado por produto ou serviço que causar dano ao consumidor ou a terceiro a ele equiparado.

3. CONCLUSÃO

Com o CDC, houve uma ampliação da garantia contra os vícios e defeitos dos produtos e serviços: não somente o vício oculto que enseja a reparação dos prejuízos sofridos pelo consumidor, além dele, pode também ser razão de reparação pelo fornecedor, a existência de vício aparente ou de fácil constatação; não é mais necessário o vínculo contratual para ensejar a reparação pelos danos provocados pelo defeito do produto ou do serviço, mesmo aqueles que não participaram da relação de consumo, mas sofreram as consequências, serão ressarcidos dos prejuízos.

Em relação aos prazos para reclamação da indenização ou desfazimento do negócio, em razão de vício ou defeito, o CDC, além de ampliá-los, também determinou quando seria decadência ou prescrição, diferentemente do que acontece com o CC, facilitando, sobremaneira, a atuação do adquirente/consumidor.

4. BIBLIOGRAFIA

- AMARAL Jr., Alberto. *Proteção do Consumidor no contrato de compra e venda*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1993, 322p.
- AMORIM FILHO, Agnello. *Crítério científico para distinguir a prescrição da decadência e para identificar as ações imprescritíveis*.
- BEVILAQUA, Clóvis. *Direito das Obrigações*. Bahia: Livraria Magalhães, 1896, 477p.
- BONNECASE, Julien. *Elementos de Derecho Civil (Elementos de Direito Civil)* traducción por el Lic. Jose M. Cajica Jr. - Tomo II - Derecho de las Obligaciones de los contratos y del Credito - México/DF - Editorial Joe M. Cajica, Jr. - Puebla México - Distribuidores Porrua Hnos y Cia. Rep. Argentina y J. Sierra.
- CARVALHO DE MENDONÇA, M.I. *Doutrina e Prática das Obrigações*, Rio de Janeiro: Forense, tomo II, 1956.
- NEGRÃO, Theotonio - com a colaboração de José Roberto Ferreira Gouvêa. *Código Civil Brasileiro e legislação civil em vigor*. São Paulo: Saraiva, 18ª ed. atualizada até 5 de janeiro de 1999.
- CUNHA GONÇALVES, Luiz. *Tratado de Direito Civil em comentário ao Código Civil Português*. Coimbra: Coimbra Editora Ltda. Vol. I, Vol. VIII, Tomo II, 1929 (Adaptação ao direito brasileiro completada sob a supervisão dos Mins. Orozimbo Nonato, Laudo de Camargo e Prof. Vicente Rao São Paulo: Max Limonad - Editora de Livros de Direito.
- DINIZ, Maria Helena. *Curso de Direito Civil Brasileiro*, 2ª ed. amp., Teoria das Obrigações contratuais e Extracontratuais. São Paulo: Saraiva, 3º vol., 1989.
- MIRANDA, Pontes. *Tratado de Direito Privado* - Parte especial. 3ª ed., Tomo XXXVI-II, Rio de Janeiro: Borsoi, 1972.
- MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de Direito Civil*. 19ª ed. ver. Direito das Obrigações - 2ª parte. São Paulo: Saraiva, vol. V, 1984.
- NÉRY JR., Nelson. *Código de Defesa do Consumidor Comentado pelos Autores do Anteprojeto*. 6ª ed. ver. amp., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1996, 1012p.
- _____. *Código de Processo Civil Comentado e legislação processual civil extravagante em vigor*. 3ª ed., ver. e amp., São Paulo: Revista dos Tribunais Ltda., atualizado até 01.08.97.
- NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. *Código de Defesa do Consumidor e sua Interpretação Jurisprudencial*. São Paulo: Saraiva, 1997. 539p.
- REVISTA DO ADVOGADO, n. 33 - Associação dos Advogados de São Paulo - Dez/90. 87p.
- SERPA LOPES, Miguel Maria de. *Curso de Direito Civil*. Introdução, Parte Geral e Teoria dos Negócios Jurídicos, (8ª ed. ver.) vol. III - Fontes das Obrigações: contratos (6ª ed. ver.), Rio de Janeiro: Biblioteca Jurídica Freitas Bastos, vol. I, 1996.
- VENOSA, Sílvio de Salvo. *Teoria Geral dos Contratos*. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1997.

WALD, Arnaldo. *Curso de Direito Civil Brasileiro - Obrigações e Contratos*. 10^a ed. ver. amp. São Paulo: Revista dos Tribunais, vol. II, 1992.

WAYAR, Ernesto C. *Evicción y vicios redhibitorios*. Buenos Aires: Editorial Astrea, De Alfredo y Ricardo Depalma, vol. 1 e 2, 1992.